

## COMUNICAÇÃO INTERNA

À Procuradoria Geral do Município

PROC ADM Nº 1164256 - 2024

NATUREZA: DENÚNCIA

ÓRGÃO: Prefeitura Municipal de Juatuba/MG.

A denunciante **W F EMPREENDIMENTOS & CONSTRUÇÕES DIVINENSE**, comercialmente denominada TRATTAR LIMPEZA URBANA E MEIO AMBIENTE, pessoa jurídica inscrita no CNPJ 07.474.431/0001-39 apresentou impugnação ao edital com teor idêntico à denúncia apresentada junto ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, que foi devidamente respondida no prazo previsto no art. 164, parágrafo único, da Lei nº. 14.133/2021.

Transcrevemos abaixo a resposta relativa aos questionamentos.

Trata-se de impugnação apresentada pela empresa **W F EMPREENDIMENTOS & CONSTRUÇÕES DIVINENSE** insurgindo contra disposições do edital.

A impugnante alega, em síntese:

- a. exigência excessiva consubstanciada em necessidade de indicação de marca e modelo na proposta;
- b. falta de indicação de prazo de validade máximo da proposta;
- c. necessidade de registro, em caso de cooperativa, na OCEMG;
- d. necessidade de apresentação de CRLV e seguro dos veículos no ato de assinatura do contrato;
- e. Ausência de publicação de Estudo Técnico Preliminar;
- f. Ausência de previsão acerca LGPD e Lei Federal nº. 12.846/2013.

## **EXIGÊNCIA EXCESSIVA CONSUBSTANCIADA EM NECESSIDADE DE INDICAÇÃO DE MARCA E MODELO NA PROPOSTA**

O impugnante alega afronta à Súmula 270 do TCU que prescreve que a indicação de marcas em licitações de compras só é admitida quando estritamente necessária para atender exigências de padronização.

Ocorre que o edital assim dispõe:

### **1. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

**1.1.** *O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:*

**1.1.1.** *Valor unitário e total do item;*

**1.1.2.** *Marca e modelo dos veículos ofertados; (quando estes já estiverem disponíveis, a falta desta informação não desclassifica a proposta)*

Primeiramente, não há indicação de marca por parte da Administração. Há orientação para que no preenchimento da proposta o licitante interessado indique a marca e modelo de veículo ofertado.

Em segundo lugar, há expressa menção no sentido de que a falta desta informação no preenchimento proposta por parte do licitante não acarreta desclassificação.

Claramente a disposição editalícia **em nada correspondente** com a situação disciplinada na Súmula citada e não merece prosperar.

## **FALTA DE INDICAÇÃO DE PRAZO MÁXIMO DE VALIDADE DA PROPOSTA**

De fato, o art. 90, da Lei nº. 14.133/2021 dispõe que o prazo de validade de proposta deverá constar no edital e a previsão no certame aqui tratado de apenas prazo mínimo pode levar a interpretações errôneas.

Recomenda-se, portanto, que seja alterada a cláusula 4.8 para dispor o prazo máximo de validade das propostas.

### **NECESSIDADE DE REGISTRO, EM CASO DE COOPERATIVA NA OCEMG**

A cláusula 7.16 B trata das exigências de qualificação técnica e exige, no caso de cooperativas, registro na OCEMG.

O impugnante insurge contra a exigência por entender ser restritiva.

O TCE/MG já se manifestou sobre impossibilidade de incluir em edital exigência de registro de cooperativa em sindicato da categoria. Transcrevemos abaixo a ementa:

*DENÚNCIA. PREFEITURA. IRREGULARIDADES EM PROCESSO LICITATÓRIO. PREGÃO. REGISTRO DE PREÇOS. PESQUISA DE PREÇOS INSATISFATÓRIA EM DECORRÊNCIA DA MÁ DEFINIÇÃO DO OBJETO. O TIPO DE LICITAÇÃO ¿POR PREÇO GLOBAL¿ **RESTRINGE INDEVIDAMENTE O CARÁTER COMPETITIVO DO CERTAME. EXIGÊNCIA DE QUE A COOPERATIVA TENHA REGISTRO EM SINDICATO DA CATEGORIA.** INCOERÊNCIA ENTRE OS OBJETOS DESCRITOS NO CORPO DO EDITAL E EM SEU ANEXO I. EXIGÊNCIA DE LICENÇA AMBIENTAL REGISTRADA EM ÓRGÃO COMPETENTE. EXIGÊNCIA DE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA-OPERACIONAL. EXIGÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE PROFISSIONAL DE NÍVEL SUPERIOR RESPONSÁVEL PELA EMPRESA. ¿CARONA¿ NO REGISTRO DE PREÇOS. EXIGÊNCIA EXCESSIVA DO VALOR DO CAPITAL SOCIAL. DOS QUANTITATIVOS E DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO. VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS. AUSÊNCIA DE PARCELAMENTO DO OBJETO LICITADO. LIMITAÇÃO DO NÚMERO DE ATESTADOS PARA COMPROVAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA OPERACIONAL.*

**Número:** 886599

**Natureza:** DENÚNCIA  
**Relator:** CONS. JOSÉ ALVES VIANA

Dessa forma, de forma a garantir a competitividade na licitação em tela, recomenda-se que seja retirado o item 7.16 B.

### **NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE CRLV E SEGURO DOS VEÍCULOS NO ATO DE ASSINATURA DO CONTRATO**

O impugnante sustenta que o edital exige que o licitante interessado tenha propriedade prévia de veículo, na forma da cláusula 4.8 do Termo de Referência. Além disso, sustenta a desnecessidade de reapresentação anual dos dois documentos por se tratar de veículos que serão utilizados pela empresa e não pela Administração.

Vejamos a transcrição da cláusula descrita:

*4.1 Os veículos deverão estar devidamente registrados e licenciados em nome da empresa contratada, que **NA OCASIÃO DA ASSINATURA DO CONTRATO** e entrega do veículo, deverão apresentar:*

*a) Apólice de seguro (por veículo)*

*b) Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV), exigível no ano corrente, devendo ser reapresentado anualmente.*

Observa-se que o momento de apresentação dos documentos está **EXPRESSAMENTE** previsto como sendo **na assinatura do contrato**, não havendo quaisquer disposições editalícias que exija dos interessados propriedade prévia de veículos.

Sobre a necessidade de reapresentação anual dos documentos, a Administração tem o poder-dever de fiscalizar o serviço prestado permanentemente, devendo zelar pelo bom funcionamento e cumprimento de normas.

Logo, por não se tratar de documento exigido na fase de habilitação e por não onerar nenhum licitante interessado, a exigência prevista no ato assinatura se encontra na margem de discricionariedade da Administração de exigir o CRLV e apólice de seguro dos veículos do licitante vencedor e anualmente.

## **AUSÊNCIA DE PUBLICAÇÃO DE ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

O impugnante aponta irregularidade na falta de publicação de Estudo Técnico Preliminar, documento que é inovação da Lei nº. 14.133/2021.

A Nova Lei de Licitações conceitua o documento como sendo “*documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação*”.

Veja que o estudo faz parte da fase preparatória da licitação e os documentos da fase preparatória são disponibilizados no PNCP após a homologação da licitação, na forma do art. 54, § 3º, da Lei de Licitações, *in verbis*:

*Art. 54. A publicidade do edital de licitação será realizada mediante divulgação e manutenção do inteiro teor do ato convocatório e de seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).*

(...)

**§ 3º Após a homologação do processo licitatório, serão disponibilizados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e, se o órgão ou entidade responsável pela licitação entender cabível, também no sítio referido no § 2º deste artigo, os documentos elaborados na fase preparatória que porventura não tenham integrado o edital e seus anexos.**

Ademais, o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCE/MG<sup>[1]</sup> respondeu consulta sobre o tema no seguinte sentido: “o estudo técnico preliminar ETP é, em regra, obrigatório nas modalidades de licitação previstas na Lei n. 14.133/2021, porquanto constitui importante instrumento de planejamento das contratações públicas nos termos do inciso XX, do art. 6º desse mesmo diploma legal. Contudo, dependendo das particularidades do objeto licitado, das condições da contratação e da modalidade licitatória, a elaboração do ETP poderá ser facultada ou dispensada, devendo o agente público responsável justificar expressamente em cada caso nos autos do Processo Administrativo as razões e os fundamentos da decisão de não elaboração do ETP”. TCE – MG – Processo n.º 1102289 – Consulta – Tribunal Pleno. Deliberado em: 08/03/2023.

Portanto, a alegação do impugnante resta totalmente improcedente.

### **AUSÊNCIA DE PREVISÃO ACERCA LGPD E LEI FEDERAL Nº. 12.846/2013.**

As leis citadas pelo impugnante são leis nacionais e a administração municipal está sujeita aos respectivos regimes, independente de previsão em edital.

Além disso, não consta na Lei nº. 14.133/2021 as referidas previsões como cláusulas necessárias do edital.

### **CONCLUSÃO**

Pelo exposto, conhecemos da presente impugnação e, no mérito, fica parcialmente acatada a impugnação de forma alterar o edital nos seguintes pontos:

- a) recomenda-se que seja retirado o item 7.16 B.
- b) que seja alterada a cláusula 4.8 para dispor o prazo máximo de validade das propostas

Em virtude da impugnação acatada parcialmente, a licitação encontra-se suspensa para se adequar aos aspectos jurídicos acatados no parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município.

Juatuba, 25 de março de 2024.

MARINA  
AUGUSTO DE  
MORAIS:10484  
933698

Assinado de forma  
digital por MARINA  
AUGUSTO DE  
MORAIS:10484933698  
Dados: 2024.03.26  
08:51:49 -03'00'

**Marina Augusto de Moraes**

**Setor de Licitações**

OAB/MG 154.793